

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

Relatório 17¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

18 de maio de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 16)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – Já que foram relatadas 3 (três) novas informações, dentre elas, o adiamento da discussão do parecer sobre a PEC 32.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitações do dia 17/5.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32), pois são apresentados os dados atualizados (até 18 de maio) da enquete relativa à PEC 32.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje, pois são apresentadas as atividades agendadas atualizadas (18 de maio).

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Pedido de vista adia discussão de parecer da reforma administrativa na CCJ

O relator leu parecer recomendando a aprovação da proposta e a retirada de dois itens

17/05/2021 - 14:06 • Atualizado em 17/05/2021 - 14:50

O relator da reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#), leu, nesta segunda-feira (17) o parecer pela admissibilidade. Um pedido de vista adiou a votação do texto.

O parecer de Darci de Matos recomenda a exclusão de dois itens. Ele propõe a retirada da parte que proíbe que servidores ocupantes de cargos típicos de Estado possam exercer qualquer outra atividade remunerada. Segundo o parecer de Matos, o trecho “impede, a título de exemplificação, que determinado ocupante de cargo típico de Estado possa exercer uma atividade remunerada de músico, mesmo que essa atividade não comprometa sua jornada e suas atividades no cargo público”, o que feriria a previsão constitucional do livre exercício de qualquer trabalho.

O outro ponto que Darci de Matos sugere que seja retirado é o que estabelece que o presidente da República possa extinguir entidades da administração pública autárquica e fundacional. Para o relator, o trecho não pode ser admitido do ponto de vista constitucional, pois as entidades desempenham atividades administrativas de forma descentralizada. Segundo Matos, elas são vinculadas e não subordinadas aos ministérios, e possuem personalidade jurídica própria.

“A possibilidade de extinção dessas entidades mediante decreto do chefe do Poder Executivo acarretaria grave alteração no sistema de pesos e contrapesos, ínsito ao modelo de separação de poderes e ao controle da administração pública do Poder Legislativo”, justificou.

A proposta de reforma administrativa enviada pelo Executivo ao Congresso restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição dos cargos típicos de Estado.

- [Conheça a proposta do governo de reforma administrativa](#)

Debate

A proposta voltou a sofrer críticas de parlamentares da oposição. Para o deputado [Bira do Pindaré \(PSB-MA\)](#), a proposta é prejudicial a toda a população. “Segue a lógica ultraliberal de esvaziamento do Estado e desmantelamento dos serviços públicos”, lamentou.

Para o deputado [Giovani Cherini \(PL-RS\)](#), por outro lado, os servidores públicos deveriam estar “vibrando” com a reforma. “Os serviços considerados de Estado, nenhum será atingido. O futuro das gerações está comprometido se nós não buscarmos a eficiência do serviço público”, ponderou.

Se a proposta de reforma administrativa for aprovada pela CCJ, ela ainda precisará ser analisada por uma comissão especial e pelo Plenário.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Reportagem - Paula Bittar - Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/760315-pedido-de-vista-adia-discussao-de-parecer-da-reforma-administrativa-na-ccj/>)

Informação 02 – Campanha diga não à Reforma Administrativa – campanha da CUT e seus sindicatos

Nesta quinta-feira, dia 20, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar a PEC 32, da reforma Administrativa. A leitura do relatório do deputado Darci de Matos aconteceu nesta segunda, 17, com apenas dois vetos ao texto original.

O governo diz que essa reforma combate privilégios, mas a verdade é que ela ataca nossos direitos e acaba com as políticas sociais e os serviços públicos brasileiros.

Sua participação é fundamental para mudar o voto dos parlamentares. No site "Na Pressão" você tem a lista dos membros da CCJ e os links para suas redes sociais. Deixe lá seu recado: "Deputado, quem votar pelo fim dos serviços públicos brasileiros não volta em 2022".

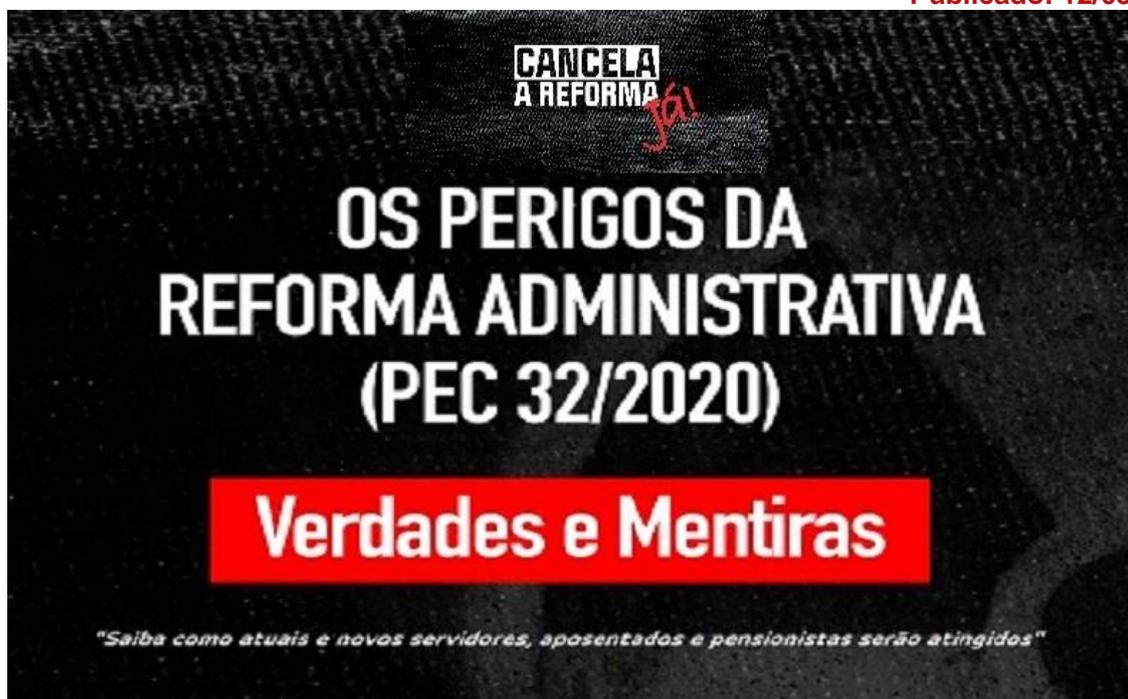
<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

Compartilhe. Vamos lutar por mais e melhores serviços públicos!

Informação 03 – Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa

O material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos

Publicado: 12/05/2021



Condsef/Fenadsef

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada *“Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras”*, o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que “a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças”.

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que “a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos,

apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais”.

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. “A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender”, explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela “se aplica a todo o serviço público do país: à “administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)”.

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

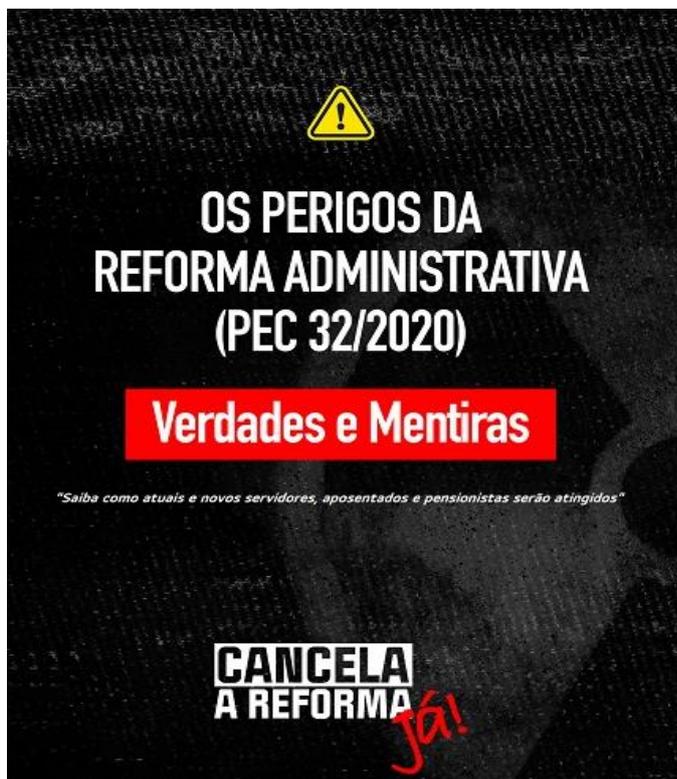
A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

Quais os impactos na Magistratura e Militares?

Enquanto o ministro da Economia Paulo Guedes persegue os trabalhadores que atuam na ponta do serviço público, como professores e enfermeiros, ele poupa os profissionais da magistratura. Ou seja, juízes, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes, maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo não estão contidos na reforma.

Guedes também deixou os militares de fora da reforma. Enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, a reforma amplia, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares (já incluídos policiais militares e bombeiros militares), notadamente no magistério. Esse não é o primeiro agrado feito pelo governo Bolsonaro aos militares. Eles também foram poupados na reforma da Previdência.

Acesse e leia a cartilha completa:



ACESSE NOSSA CARTILHA

*Fique por dentro dos
perigos da reforma
Administrativa
PEC 32/20*

*A Reforma Administrativa
faz mal ao Brasil*

*Nos siga nas redes:
@cancelaareforma*

>>Os perigos da reforma Administrativa: verdades e mentiras

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/cartilha-detalha-verdades-mentiras-contidas-reforma-administrativa>

3 – Situação atual que se encontra

(7098) Roundcube We x | Pedido de vista adia d x | COMISSÃO DE CONST x | WhatsApp x | Diga Não à Reforma A x | PEC 32/2020 — Portal x +

camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083

SITUAÇÃO
Concedido pedido de vistas

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC **ESTÁ AQUI**
- Plenário Virtual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Verificação de votação do Requerimento de Retirada de Pauta solicitada pelos Deputados Gervásio Maia, Vice-Líder da Oposição, Fernanda Melchionna, Vice-Líder do PSOL, Maria do Rosário, Vice-Líder do PT e Carlos Jordy, Vice-Líder do Bloco PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, PODE, AVANTE e PATRIOTA. Ver menos

Parecer do Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC), pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras.

Chegou à comissão em: 09/02/2021

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 04/05/2021
Darci De Matos (PSD-SC)
- 04/05/2021
Paulão (PT-AL)
- 04/05/2021
Bira Do Pindaré (PSB-MA)
- 04/05/2021
Erika Kokay (PT-DF)
- Mais discursos

07:14
18/05/2021

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- 17/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) - 09:00:00 REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL)

- Apresentados Requerimentos de Retirada de Pauta pelos Deputados Fernanda Melchionna, Maria do Rosário, Gervásio Maia e Pompeo de Mattos.
- Encaminhou a votação do Requerimento de Retirada de Pauta de sua autoria a Deputada Fernanda Melchionna.
- Rejeitado, em votação simbólica, o Requerimento de Retirada de Pauta.
- Verificação de votação do Requerimento de Retirada de Pauta solicitada pelos Deputados Gervásio Maia, Vice-Líder da Oposição, Fernanda Melchionna, Vice-Líder do PSOL, Maria do Rosário, Vice-Líder do PT e Carlos Jordy, Vice-Líder do Bloco PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, PODE, AVANTE e PATRIOTA.
- Rejeitado o Requerimento de Retirada de Paula. Resultado Final: Sim, 20; Não, 42; Abstenção: 0; Obstrução: 0. Total de Votantes: 62.
- Proferido o Parecer.
- Vista conjunta aos Deputados Adriana Ventura, Aguinaldo Ribeiro, Alê Silva, Alencar Santana Braga, Alice Portugal, Aluisio Mendes, Angela Amin, Arthur Oliveira Maia, Aureo Ribeiro, Baleia Rossi, Bilac Pinto, Bira do Pindaré, Capitão Alberto Neto, Capitão Augusto, Capitão Wagner, Carlos Jordy, Caroline de Toni, Charlles Evangelista, Chico D'Angelo, Chris Tonietto, Christiane de Souza Yared, Christino Aureo, Claudio Cajado, Coronel Tadeu, Dagoberto Nogueira, Daniel Freitas, Danilo Forte, Delegado Éder Mauro, Delegado Marcelo Freitas, Delegado Pablo, Diego Garcia, Dr. Frederico, Edilázio Júnior, Edio Lopes, Eduardo Cury, Enrico Misasi, Erika Kokay, Expedito Netto, Fábio Henrique, Fábio Mitidieri, Fábio Trad, Felipe Francischini, Félix Mendonça Júnior, Fernanda Melchionna, Filipe Barros, Franco Cartafina, Genecias Noronha, Geninho Zuliani, Gervásio Maia, Gil Cutrim, Gilson Marques, Giovani Cherini, Gleisi Hoffmann, Greyce Elias, Guilherme Derrite, Hiran Gonçalves, Hugo Leal, Ivan Valente, João Campos, Joenia Wapichana, José Guimarães, José

Medeiros, Juarez Costa, Júlio Delgado, Kim Kataguirí, Lafayette de Andrada, Leo de Brito, Léo Moraes, Leur Lomanto Júnior, Lincoln Portela, Lucas Redecker, Lucas Vergílio, Luis Miranda, Luis Tibé, Luiz Carlos, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Luizão Goulart, Magda Mofatto, Marcelo Aro, Marcelo Moraes, Márcio Biolchi, Marcos Aurélio Sampaio, Marcos Pereira, Margarete Coelho, Maria do Rosário, Maurício Dziedricki, Mauro Lopes, Odorico Monteiro, Orlando Silva, Pastor Eurico, Patrus Ananias, Paula Belmonte, Paulo Abi-Ackel, Paulo Eduardo Martins, Paulo Magalhães, Paulo Pereira da Silva, Paulo Teixeira, Pedro Lupion, Perpétua Almeida, Pinheirinho, Pompeo de Mattos, Pr. Marco Feliciano, Rafael Motta, Reginaldo Lopes, Reinhold Stephanes Junior, Renata Abreu, Ricardo Silva, Rodrigo Coelho, Rogério Peninha Mendonça, Rubens Bueno, Rubens Otoni, Rui Falcão, Sâmia Bomfim, Samuel Moreira, Sérgio Brito, Sergio Toledo, Shéridan, Silvio Costa Filho, Sóstenes Cavalcante, Subtenente Gonzaga, Tadeu Alencar, Túlio Gadêlha, Vinicius Gurgel, Vitor Hugo, Wolney Queiroz, Zé Neto e Zeca Dirceu.

- **Data:**

17/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CLP)

- Apresentação do Requerimento n. 23/2021, pelo Deputado Waldenor Pereira (PT/BA), que "Requer a realização de Audiência Pública, para discutir a Reforma Administrativa (PEC 32 / 2020) e suas repercussões nos serviços públicos". **Inteiro teor**

- **Data:**

17/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Apresentação do Requerimento n. 114/2021, pelo Deputado Rui Falcão (PT/SP) e outros, que "Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Guedes, para comparecer a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a fim de prestar esclarecimentos acerca da PEC 32 de 2020". **Inteiro teor**

5 – Enquete da PEC 32

The screenshot shows the website for PEC 32/2020. The main heading is "Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020". There is a green "OPINE" button. Below the heading, there are links for "Texto original" and "Siga esta proposta". The "EMENTA" section states: "Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa." The "ENTENDA A PROPOSTA" section explains that the proposal changes devices for servers and public employees and modifies the organization of the public administration. The "AUTOR" is listed as "Poder Executivo". The "SITUAÇÃO" is "Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de". On the right side, there is a notification box asking if the user prefers this version, a section for "SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA" with a "Vote na enquete" button, and a section for "QUEM VIU ESTA PROPOSTA" with the text "VUU TAMBRÉM". The browser's address bar shows "camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083".

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

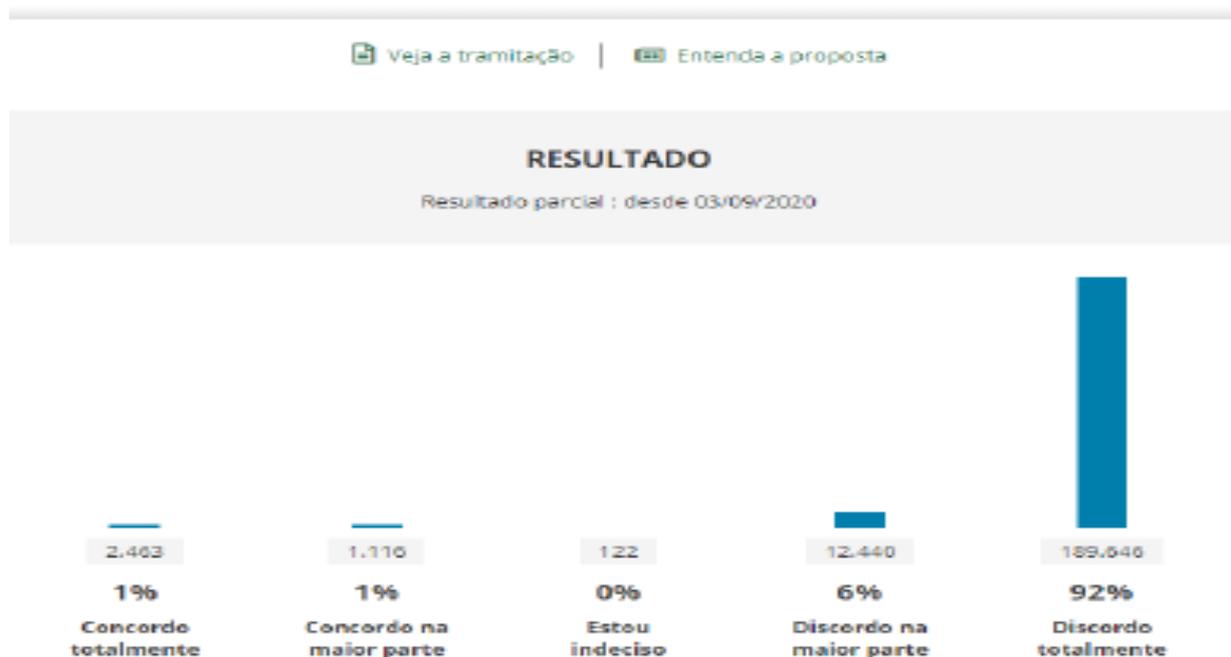
<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

The screenshot shows a voting interface with a red banner at the top that reads "Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?". Below the banner, there is a link "Veja a tramitação". The main question is "QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?". There are five blue buttons for voting: "Concordo totalmente", "Concordo na maior parte", "Estou indeciso", "Discordo na maior parte", and "Discordo totalmente". Below these buttons is a grey "VOTAR" button. At the bottom, there is a large graphic that says "CANCELA A REFORMA Já!" with a hand cursor pointing to the "Discordo totalmente" button.

6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 18 de maio

ENQUETE DA PEC 32/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

AGENDA

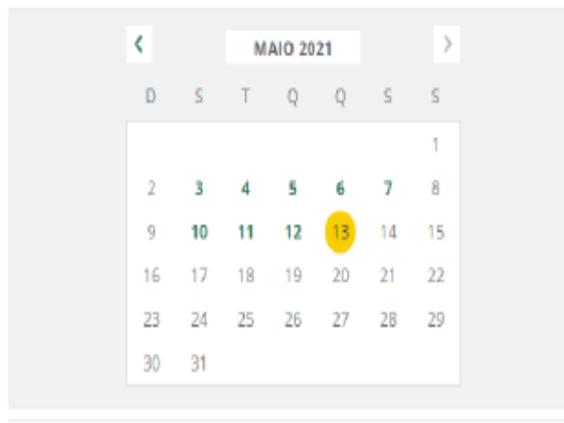
HOJE quinta-feira, 13 de maio

09h00 **Discussão e Votação de Propostas**
Reunião Deliberativa convocada
Anexo II, Plenário 01

Agenda completa →

REUNIÕES ANTERIORES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.



8 – Agenda do dia de hoje

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual) - 18/05/2021

- **Pauta**

DETALHES

Tema:

Discussão e Votação de Propostas

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

18/05/2021 às 13h00

Situação:

Convocada

PROPOSTAS PREVISTAS 10